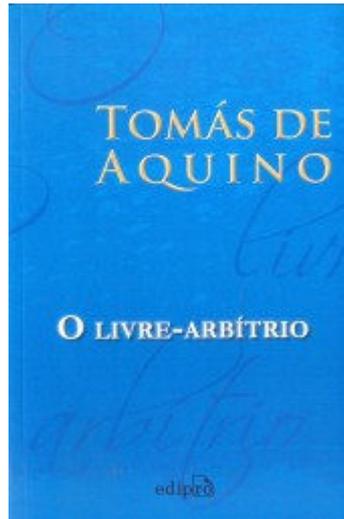


TOMÁS DE AQUINO. *O livre-arbítrio*. – tradução, edição e notas de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: Edipro, 2015. 214 páginas. ISBN: 978-85-7283-880-1.

Por Paulo Faitanin



A Editora Edipro, em parceria com o Instituto Aquinate, lançou a questão 24, inédita em português, das *Quaestiones disputatae de veritate*, de Tomás de Aquino, sob o título *O livre-arbítrio*. Faz parte de um projeto que pretende publicar diversos textos inéditos em português do Aquinate, de modo a contribuir para a difusão da doutrina de Tomás no Brasil. A tradução e edição foram feitas por Paulo Faitanin e por Bernardo Veiga. É uma edição monolíngue, o que possibilita a maior difusão por um preço menor, com material de qualidade. Pretende-se futuramente realizar outra edição bilíngue, mas todo o conteúdo do original latino já se encontra disponível no site: Corpus Thomisticum (www.corpusthomisticum.org) mantido pela Fundación Tomás de Aquino. No livro há uma apresentação assinada por Rodolfo Petrônio, que explica o método das questões disputadas, apresenta o projeto de tradução e indica as fontes das notas e de outras bibliografias utilizadas para cotejamento da tradução. Além disso, há uma breve exposição do *De veritate* e sobre o conteúdo do livro. A questão 24 se refere ao livre-arbítrio. Os artigos (15 no total) que a compõem, basicamente, respondem a três perguntas centrais: “se há o livre-arbítrio no homem”, “se há livre-arbítrio em Deus”, “se há mérito numa ação livre sem a graça”. Tomás, além de definir a natureza do livre-arbítrio, busca também delimitar sua relação com o homem, o anjo, Deus e em Cristo.

Há livre-arbítrio no homem (artigo 1), porque sua vontade não é imutável nem age por necessidade, o que não ocorre com os animais irracionais (artigo 2), que agem por impulso natural. Sendo o homem criatura à imagem e semelhança de Deus, afirma-se o livre-arbítrio absoluto em Deus (artigo 3) relativo à imutabilidade da sua vontade. O livre-arbítrio é uma potência (artigo 4) que visa como fim aperfeiçoar a vontade e não são muitas potências, mas uma única (artigo 5), que emana do ato de duas potências que operam em conjunto, a razão e a vontade. Por isso, pode-se dizer que, quanto ao ato, o livre-arbítrio é a vontade (artigo 6), porque se realiza mais como ato da vontade do que da razão, embora o ato da razão esteja inerente pelo ato livre, que por último realiza-se na vontade. Por esta razão, o ato do livre-arbítrio constrói-se sob o que se encontra naquelas potências, razão pela qual o livre-arbítrio não foi criado confirmado absolutamente no bem (artigo 7), senão que tal confirmação depende da sua livre eleição do bem, com o auxílio da graça (artigo 8) e, exceto os santos, confirmados nesta vida com o auxílio da graça no bem, pode-se dizer que o livre-arbítrio pode sim ser confirmado no bem (artigo 9). Contudo, nada impede que o livre-arbítrio obstine-se no mal (artigo 10), como no caso do demônio ou mesmo de algum homem, que reincida na negação constante da graça. Motivo pelo qual, o homem, na vida presente, pode obstinar-se no mal (artigo 11). De um modo geral, o livre-arbítrio, sem a graça, não pode evitar o pecado mortal (artigo 12), pois é a graça que o fortalece, o que se comprova com o contrário, a saber, (artigo 13) que o livre-arbítrio constante na graça pode evitar o pecado mortal. O livre-arbítrio pode conduzir a algum bem sem a graça, ou seja, ao seu bem natural, mas ao que lhe aperfeiçoa não, pois a graça aperfeiçoa a natureza (artigo 14). Concluindo, (artigo 15) o homem livre sem a graça não pode preparar-se para ter a graça, pois a graça é a chave motora do bom funcionamento da potência do livre-arbítrio. Por isso, o homem sem a graça santificante está impotente para alcançá-la por seus próprios esforços e eleições a agir em estado de graça.

Podemos concluir dizendo, do que vimos acima, que, de fato, o homem é dentre o gênero animal, a única espécie que age livremente, inclusive contra as paixões e mesmo contra os instintos, pois os animais seguem o protocolo da sua natureza e agem sempre de acordo com a sua natureza, mas o homem por seu livre-arbítrio pode eleger bens que transcendem ao seu poder natural, com o auxílio divino da graça, que é um bem que soergue a natureza caída pela fraqueza que foi inserida como pena, como a sensualidade.